

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO POPULAR:

a perspectiva da participação e Controle Social na saúde

Sthefanny Thays S. Guimarães Araújo¹

Stela Ivone dos Santos Silva²

RESUMO

O artigo propõe elucidar a relação entre educação popular e participação social, destacando a relevância do controle social no âmbito do SUS, através da metodologia de Educação Popular em Saúde. Utiliza de referências bibliográficas e documentais, objetivando dialogar com os autores e legislações vigente que abordam sobre a temática. Além disso, traz como reflexão o papel dos/as profissionais de Saúde para o fortalecimento do SUS e destaca a importância da sociedade civil nos processos de decisões políticas.

Palavras-chave: Controle Social. Educação Popular. Saúde.

ABSTRACT

The article proposes to elucidate the relationship between popular education and social participation, highlighting the relevance of social control within the SUS, through the methodology of Popular Education in Health. It uses bibliographical and documentary references, aiming to dialogue with the authors and current legislation that address the subject. In addition, it reflects on the role of health professionals in strengthening the SUS and highlights the importance of civil society in political decision-making processes.

Keywords: Social Control. Popular Education. Health.

¹ Residente em Atenção Básica e Saúde da Família (COREMU/JG). Assistente Social (UFPE). Endereço eletrônico: sthefanny.g@hotmail.com

² Residente em Atenção Básica e Saúde da Família (COREMU-JG). Nutricionista (UNIFG); Esp. em Saúde Pública (Faculdade Única de Ipatinga); Esp. Nutrição Clínica (Programa de Residência Uniprofissional do Instituto de Medicina Integral Prof. Fernando Figueira-IMIP). Endereço eletrônico: stela.iss98@gmail.com

PROMOÇÃO



1. INTRODUÇÃO

A construção deste artigo foi baseado na literatura existente sobre Educação Popular (EP), Controle Social (CS) e Saúde. Tem por objetivo direcionar o entendimento acerca da sociedade civil e desmistificar a ideia de que esta é passiva e não possui autonomia para exercer sua influência no meio estatal. Elencaremos a EP enquanto ferramenta para a efetivação do CS e destacaremos que os conceitos Controle Social, sociedade civil e EP devem caminhar juntos para exercer uma maior influência no âmbito da saúde, visto que ambos possuem uma estreita relação, ou seja, o CS depende da sociedade civil para se efetivar e a sociedade civil necessita de uma ferramenta - como a EP - para compreender acerca de seus direitos e deveres, e identificar sua autonomia perante o poder estatal.

Ao longo do texto iremos debater o papel da EP em saúde, fazendo um apanhado histórico dos fatos para compreender como a Educação em Saúde pode impactar positivamente o âmbito da Saúde, consolidando a participação social e promovendo uma maior integralidade dos serviços e ações. A produção visa ampliar a visão dos profissionais, usuários e gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) no que se refere ao método de Paulo Freire de ensino e como este influencia de forma integradora a construção de uma sociedade igualitária, que contribui para o exercício de cidadania de seus atores sociais, sejam eles trabalhadores, usuários de um sistema, movimentos sociais ou gestores.

Este artigo foi dividido em três partes, o primeiro busca discutir sobre a sociedade civil e seu conceito, o segundo resgata a importância da participação social através da educação e, por fim, o papel da EP na saúde. Utilizamos da pesquisa bibliográfica e documental através do estudo exploratório para subsidiar o referencial teórico. Desse modo foi feita uma revisão de literatura, dialogando com o método dialético de compreensão da realidade, dando ênfase nas contradições existentes na sociedade. Os principais autores utilizados para contribuir para este debate foram Carlos Nelson Coutinho (1992), Antônio Gramsci (2007), Maria Valéria

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Costa Correia (2013). Outras autorias foram retiradas a partir do livro “Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas” organizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO), pelo Conselho de Educação de Adultos da América Latina (CEAAL) e pelo Ministério da Educação e do Caderno de Educação Popular em Saúde, este último organizado pelo Ministério da Saúde.

Outros estudos utilizados foram encontrados através de busca *on-line* nas seguintes bases de dados: Literatura Latino-Americana do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Os descritores utilizados foram: controle social formal; educação em saúde; educação da população; participação social; saúde pública.

O referencial deste trabalho conta com 15 documentos publicados entre 1990 e 2021, que abordam a temática estudada. Não foram incluídos documentos técnicos, resumos de congressos, anais, editoriais, comentários e opiniões; trabalhos não encontrados na íntegra e aqueles relativos à experiência de outros países.

2. A COMPREENSÃO ACERCA DO TERMO “SOCIEDADE CIVIL”

Entender o conceito do que é sociedade civil pode ser complexo, visto que a ideia do que é sociedade civil está intrinsecamente ligada ao que entende-se por Estado, desde a sua articulação - um não pode existir sem o outro - à sua concepção. Em um diálogo mais aprofundado com Coutinho identificamos que:

A gênese do Estado reside na divisão da sociedade em classes, razão por que ele só existe quando e enquanto existe essa divisão (que decorre, por sua vez, das relações sociais de produção); e a função do Estado é precisamente conservar e reproduzir tal divisão, garantindo assim que os interesses comuns de uma classe particular se imponham como o interesse geral da sociedade (COUTINHO, 1992, p.74).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Por essa razão, Gramsci (2007) afirma que é necessário entender o Estado para além do aparelho governamental, dos “aparelhos privados de hegemonia” ou sociedade civil. É nesse momento, em que o autor traz novas determinações - conforme coloca Coutinho (1992) - para a concepção de Estado. Este é composto por dois alicerces fundamentais, a Sociedade Política e a sociedade civil, a primeira é constituída pelos aparelhos coercitivos (de repressão e violência) pelo qual a classe dominante mantém sua ordem vigente; já a segunda é composta:

Pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias [...], sistema escolar, Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (COUTINHO, 1992, p.76).

Salomón (2005) elenca de forma didática os elementos que podem ser considerados integrantes ou que vão de encontro ao que entendemos por sociedade civil. Inicialmente a autora aponta a ideia errônea incorporada na guerra fria de que apenas os civis (não militares) eram as pessoas que podiam compor a sociedade civil. Posteriormente com o cenário político mundial dos anos de 1990 e a tensão entre proletariado *versus* burguesia, entendia-se que o empresariado (que compunha a parte da burguesia) também não poderia ser incluído no rol do que era definido por sociedade civil, rompendo mais uma vez com a ideia de que essa esfera é composta por interesses diversos e conflitantes.

Além disso, destaca, o falso entendimento de que a sociedade civil é restrita às Organizações Não Governamentais (ONGs), como se estas fossem a única parte representante dessa esfera. Por fim, quem faz parte da sociedade civil então? O que se enquadra de fato neste conceito? Para a autora, todas as organizações sociais que surgem na sociedade sejam elas de cultura, economia, religião, reivindicações, produz elementos que compõem a sociedade civil como um todo, pois a concretude dessa esfera está na sua diversidade, portanto “toda intenção de homogeneizá-la, classificá-la ou limitá-la atenta contra sua natureza” (SALOMÓN, 2005, p.21). Assim:

PROMOÇÃO



APOIO





A sociedade civil, enquanto integrante da totalidade social, tem um potencial transformador, pois nela também se processa a organização dos movimentos sociais que representam os interesses das classes subalternas na busca da direção política-ideológica (CORREIA, 2013, p.321).

Entendemos então, que a sociedade civil enquanto parte integrante de um todo tem em seu cerne o papel de transformar a realidade, embora em sua essência possua uma multiplicidade de conflitos inerentes a sua própria constituição, que reflete nada mais que a heterogeneidade de seus atores sociais juntamente aos seus interesses individuais e coletivos.

3. RELAÇÃO ENTRE SOCIEDADE CIVIL E EDUCAÇÃO

O papel da sociedade civil é de extrema importância para o processo de tomada de decisões, na fiscalização e controle das Políticas Públicas (sejam elas de Assistência Social, Saúde, Educação, etc), na gestão e prestação de contas para a sociedade. No entanto, encontramos desafios para sua efetivação, como a falta de informação e consciência de classe da própria população. Dessa forma, identificamos a relação entre educação e participação social, destacando a educação enquanto elemento primordial para transformação social:

A educação é um fato pedagógico, restrito às escolas e às aulas. Portanto, reservada somente para determinados atores, por exemplo: professores, técnicos, Ministérios de Educação. Dessa forma, a educação aliena-se também do desenvolvimento, da dinâmica social, econômica, política e cultural. Por isso, os discursos interculturais também só ficam nisso: discursos. Assim, a possibilidade de articular a educação com a transformação social está vedada (LEDEZMA, BAZÁN, 2005, p.144, grifo nosso).

O problema, portanto, reside quando a educação não é utilizada como forma de modificar os cenários políticos e processos de tomada de decisões. Entendemos claro, que esse movimento é proposital para que as esferas dominantes continuem dominantes a partir da ignorância do povo. Em vista disso, a educação também é

PROMOÇÃO



APOIO



um instrumento político, que deve ser vista como responsabilidade e direito de todos, para que se desenvolvam políticas públicas com enfoque popular.

Logo, a educação deve ser entendida como algo integral, intercultural e interdependente, que encoraja os processos de empoderamento e disputa de poder. Considera-se então, que a participação social - sem a articulação com a educação - é formal e restrita, sendo reduzida meramente a troca de informações e operacionalização de ações definidas pelas esferas de poder. Tal forma de participação não tem conseguido cumprir seu papel de exercer poder, ainda que exijam que a sociedade civil seja propositiva e criativa (LEDEZMA, BAZÁN, 2005).

Para a EP, a educação é um gesto democrático, dentro ou fora da sala de aula. O que vai reger tal processo é a postura do educador, se este terá sua intervenção fundamentada na “pedagogia do diálogo” e na participação (HURTADO, 2015). Sua intervenção vai direcionar todo o processo de aprendizado e consequentemente o entendimento da problematização, que posteriormente resultará ou não, em um ato político propriamente dito. Desse modo, “a educação popular oferece um caminho pertinente para alcançar tal rigor, e não somente com o ato educacional em si, mas em todo o agir sociopolítico, cultural e organizacional, campos nos quais intervém cada vez com maior impacto” (HURTADO, 2005, p.159).

4. EDUCAÇÃO POPULAR E SAÚDE

A partir deste ponto daremos enfoque no processo da EP em saúde e sua importância para a concretização dos princípios e diretrizes do SUS.

Sabemos que o Brasil foi pioneiro no método de EP, ela assumiu corpo no final dos anos 1950 quando intelectuais ligados a Igreja Católica começaram a se voltar para questões populares na Europa pós guerra. Desse modo destacamos o papel importantíssimo de Paulo Freire que sistematizou o trabalho teórico da Educação Popular e através do seu livro Pedagogia do Oprimido (1966) que ganhou visibilidade mundial.

A partir da década de 1970, o movimento de EP em saúde ganhou forma em um contexto de repressão causada pela ditadura militar. Neste período, impulsionados pelo desejo de promover uma saúde de qualidade, profissionais da saúde iniciaram formações, ações comunitárias, reivindicações exigindo postos de saúde, melhores atendimentos, equipamentos sanitários, etc, resultando na criação de “conselhos de saúde”. Após esse movimento, aconteceram alguns encontros, conforme:

Desdobramentos históricos		
Ano	Encontro	Informações importantes
1979	I Encontro Nacional de Experiências em Medicina Comunitária (I ENEMEC) - Lins, São Paulo.	Nesse encontro foi discutido a probabilidade da inclusão de um programa que envolvesse a família e os agentes comunitários de saúde (ACS).
1980	II ENEMEC - Olinda, Pernambuco	Teve a participação de organizações populares e contou com o apoio do Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sepiental Berço Dominicano Frei Betto (CEPIS).
1981	Surge o Movimento Popular de Saúde (MOPS) durante a realização do III ENEMEC - Goiânia, Goiás.	Esse período foi marcado por reivindicações e abertura política no país.
2009	II Congresso do Nacional do MOPS.	Seu tema principal foi “O MOPS e a Reforma Sanitária Brasileira, Protagonismo para a Gestão Participativa”. Contou com a presença de 120 pessoas, delegados dos 22 estados, ouvintes e convidados. O objetivo do congresso foi articular todos os estados brasileiros para o fortalecimento do MOPS NACIONAL, realizar os Encontros Estaduais e escolher nova coordenação nacional e executiva.

Quadro 1: Desdobramentos Históricos

Fonte: Informações extraídas do *site* do MOPS. Elaboração própria, 2022.

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



A partir disso podemos identificar que o Movimento Popular de Saúde (MOPS) foi alicerçado sobre o princípio da Saúde com direito e dever do Estado, tendo como sua referência principal os movimentos que reivindicavam melhorias de equipamentos e saneamento básico:

Este movimento sobrepõe-se às práticas oriundas das experiências comunitárias de medicina alternativa baseadas em recursos e saberes locais, à base de remédios caseiros, plantas medicinais e métodos naturalistas, recorrentes nas regiões mais carentes do país, como o norte e nordeste, ou nas localidades interioranas dos estados (MOPS, s/n, 2022).

Posto isto, compreendemos pois a importância do MOPS para o entendimento da EP enquanto ferramenta do controle e participação social, como mecanismo de elaboração e defesa dos ideais da classe trabalhadora nas políticas públicas, além de dar voz aos atores envolvidos, sendo estes não restritos apenas aos partícipes da gestão do estado, do município ou união. De modo geral, o protagonismo desses profissionais nesse contexto histórico foi fundamental para o setor da saúde e trouxe consigo uma cultura de troca com as classes populares, que de certo modo representou um processo de ruptura com a tradição autoritária da educação em saúde (VASCONCELOS, 2007).

Posteriormente, o país passa pela democratização a qual o setor saúde contribuiu de forma efetiva no processo de lutas e reivindicações, podemos citar o Movimento de Reforma Sanitária e destacar que este movimento foi determinante e fundamental para a construção de uma saúde pública voltada para a compreensão do indivíduo como um todo, não apenas do processo saúde-doença. Além disso, destacamos a relevância da participação social e construção política para a sociedade de modo geral. Com a promulgação da Constituição Federal em 1988 o direito à saúde tornou-se universal e trouxe consigo princípios essenciais para o funcionamento do SUS, dentre eles está o da participação da comunidade (Art 198º), princípio este que é reiterado na Lei Orgânica da Saúde, Lei 8080/90 (Art 7º, inciso VIII).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Com essa abertura política a comunidade passou a participar de debates, tomar decisões e através disso a EP assumiu seu papel, no sentido de reorientar as práticas em saúde, contribuindo com a superação do biologismo, do autoritarismo de médicos e dedicando-se a ampliação dos canais culturais, destacando a importância dos interesses das classes populares na dinâmica do adoecimento e cura do mundo popular. A EP é um instrumento essencial para o SUS, visando a construção de uma atenção integral à saúde de modo que os indivíduos assumam maior controle e entendimento sobre sua saúde e suas vidas (VASCONCELOS, 2007).

Em paralelo a esses processos, também podemos destacar a criação da Articulação Nacional de Educação Popular em Saúde (ANEP) em 1991, posteriormente chamada de Rede de Educação Popular em Saúde (PINHEIRO; BITTAR, 2016) que teve como principal objetivo o de reconhecer a EP enquanto um eixo estruturante da saúde. Pinheiro e Bittar (2016) em um breve apanhado histórico trazem que inicialmente a EP em Saúde estava articulada a Política de Educação Permanente do SUS e em 2005 ela foi introduzida na Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, fortalecendo o ideário da educação popular enquanto um mecanismo e elemento para a democratização do SUS. Por fim, em 2009 foi criado o Comitê Nacional de Educação Popular em Saúde (CNEPS) e no ano de 2012 o Conselho Nacional de Saúde (CNS) aprovou a Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS-SUS), sendo esta publicada em 2013 através da Portaria Nº 2.761/2013.

A PNEPS-SUS (2013) ao longo de seu texto dá enfoque às práticas populares em saúde, através da participação popular e democracia. No corpo da política há uma ênfase significativa na participação social como fomento para a execução do controle social. Na íntegra podemos citar um dos eixos estratégicos da PNEPS-SUS (2013, s/n):

1° O eixo estratégico da participação, controle social e gestão participativa tem por objetivo fomentar, fortalecer e ampliar o protagonismo popular, por

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

meio do desenvolvimento de ações que envolvam a mobilização pelo direito à saúde e a qualificação da participação nos processos de formulação, implementação, gestão e controle social das políticas públicas.

Desse modo, não existe EP sem participação da sociedade, visto que a mesma possui um caráter coletivo, que necessita de uma ação grupal (SILVA et al., 2008) formada pelos mais diversos atores sociais com distintas realidades. Entendemos pois, que esse modelo de educação deve ser visto como “uma estratégia de reorientação da totalidade (...), na medida em que investe na ampliação da participação e que, dinamizada, passa a questionar e reorientar tudo” (VASCONCELOS, 2007, p.24.)

Ao fazermos um recorte no quesito saúde e direcionarmos a prática da EP para a Atenção Básica (AB) ou Atenção Primária à Saúde (APS), podemos compreender como a proposta da EP se enquadra de forma complementar a este modelo de atenção. De acordo com o Ministério da Saúde a AB:

se caracteriza por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte positivamente na situação de saúde das coletividades (MINISTÉRIO DA SAÚDE, s/n, 2022, grifo nosso).

Considerando que os elementos grifados acima só podem ser realizados dentro do território e que a territorialização é uma das diretrizes da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) de 2017, a AB portanto permite uma aproximação maior entre usuários e profissionais da rede. Dentro do território há a continuidade das ações e serviços da saúde, através da atuação das Equipes Mínimas nas Unidades de Saúde da Família (USF), que contam com o apoio das equipes multiprofissionais atuantes no Núcleo de Ampliado de Saúde da Família (NASF).

Dessa maneira a EP encontra terreno fértil para deixar seu legado, qual espaço ideal senão a AB para implementação de uma estratégia que preza pela história e saber dos indivíduos? A AB por ter o território como seu principal elemento

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



trás consigo toda a complexidade e diversidade dos sujeitos e usuários do SUS. Portanto, ao levar isso em consideração a EP aparece novamente como o mecanismo de luta mais que essencial, visto às ameaças que ainda pairam sob o SUS, como o Programa Previne Brasil que enfatiza suas ações nos “mais pobres” objetivando consolidar a eficiência econômica em detrimento de ações focalizadas e individualizadas, indo de encontro com o princípio de Universalidade e Integralidade proposto pelo Sistema Único de Saúde.

3. CONCLUSÃO

Por fim, é importante ressaltar que o movimento de implementar a educação em saúde através da Educação Popular deve possuir uma articulação entre profissionais, usuários, técnicos, gestores e pesquisadores. Ao fazer isso estará fortalecendo a ideia de saúde ampliada, voltada para o usuário de forma integral, não resumindo apenas ao processo saúde-doença como já explanado anteriormente.

Stotz (2007) ressalta a relevância de identificar que o saber não está apenas restrito ao profissional de saúde, ao médico ou ao técnico, mas também advém das classes populares. Isso significa então, considerar o conhecimento medicinal, ancestral, as experiências dos indivíduos (suas vivências, sofrimentos, processos de cura), luta de classes em prol de uma qualidade de vida, recorte de raça, gênero, etnia enquanto o “fazer saúde” de forma popular e acessível, que considera no outro o saber prévio, sem uma visão preconceituosa e estigmatizada.

O chamamento a ser feito é para todos aqueles que constituem o SUS: usuários, profissionais, gestores, organizações da sociedade civil, hospitais filantrópicos, movimentos sociais e afins, para levantar a voz em prol de uma saúde de qualidade, de acesso integral e universal. Aos profissionais fica o dever de contribuir para a formação política da população, ao utilizar a Educação Popular enquanto uma ferramenta de luta e enxergar na sociedade civil seu potencial

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



transformador. Aos Estados e Municípios, fica o chamamento para investirem na educação permanente dos/as profissionais que atuam no SUS como elemento fundamental e constitutivo da proposta desse Sistema Único.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 10 de abril de 2022.

BRASIL. **Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1990]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm> Acesso em: 10 de abril de 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. PORTARIA Nº 2.761, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013. Institui a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (PNEPS-SUS). Brasília, DF: Ministro da Saúde, [2013]. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2761_19_11_2013.html>. Acesso em: 15 de julho de 2022.

CORREIA, Maria V.C. **sociedade civil e controle social: desafios para o Serviço Social**. In: BRAVO, M. I. S.; MENEZES, J. S. B. (Orgs.). Saúde, Serviço Social, Movimentos Sociais e Conselhos. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2013. Cap. 12, p. 317-330.

COUTINHO, Carlos N. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cáceres, volume 3**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HURTADO, Carlos N. **Contribuições para o debate latino americano sobre a vigência e a projeção da Educação Popular**. In: Educação popular na América Latina: desafios e perspectivas. Brasília : UNESCO, MEC, CEAAL, 2005. Disponível

PROMOÇÃO



APOIO



em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/documentos-pdf/654-vol4americalatina-pdf>>.
Acesso em 12 de abril de 2022.

LAPA, Camila A.; ASSIS, Letícia C.M.de. **Os impactos das contrarreformas no trabalho profissional dos/as assistentes sociais: Um estudo sobre a Atenção Básica de Saúde no município de Jaboatão dos Guararapes - PE (2016-2020).** 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2021.

LEDEZMA, Noel A.; BAZÁN, Luís A.R. **Políticas Públicas educativas com participação social: um meio para reconstruir concepções e práticas desde a Educação Popular.** In: Educação popular na América Latina: desafios e perspectivas. Brasília : UNESCO, MEC, CEAAL, 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/documentos-pdf/654-vol4americalatina-pdf>>.
Acesso em 12 de abril de 2022.

MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE (MOPS). Disponível em: <<https://sites.google.com/site/mopsse/home/historico>>. Acesso em: 14 de abril de 2022.

PINHEIRO, Bruna C.; BITTAR, Cléria. M.L. **Práticas de educação popular em saúde na atenção primária: uma revisão integrativa.** Cinergis, Santa Cruz do Sul, v. 18, n. 1, out. 2016. ISSN 2177-4005. Disponível em: <<https://doi.org/10.17058/cinergis.v18i1.8049>>. Acesso em: 10 de julho de 2022.

SALOMÓN, Letícia. **O papel da sociedade civil na construção da democracia.** In: Educação popular na América Latina: desafios e perspectivas. Brasília : UNESCO, MEC, CEAAL, 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/documentos-pdf/654-vol4americalatina-pdf>>.
Acesso em 12 de abril de 2022.

SILVA, Ana. P.F da.; MELO, Lívia. S de.; VASCONCELOS, Eymard M. **Educação popular e atenção à saúde da família.** Anais/Catálogo de Resumos do X Encontro de Extensão Universitária. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2008. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/anais/xenex_xienid/x_enex/ANAIS/Area6/6CCSDPSPE X01.pdf>. Acesso em: 15 de julho de 2022.

STOTZ, Eduardo N. **Enfoques sobre educação popular e saúde.** In: Caderno de educação popular e saúde. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/2_caderno_educacao_popular_sau de.pdf>. Acesso em: 12 de abril de 2022.

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



VASCONCELOS, Eymard M. **Educação popular**: instrumento de gestão participativa dos serviços de saúde. In: Caderno de educação popular e saúde. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/2_caderno_educacao_popular_sau de.pdf>. Acesso em: 12 de abril de 2022

PROMOÇÃO



APOIO

